

Crueldade

A máscara do tirano

Bruna Bortolozzi Maia,¹ Ribeirão Preto

Manoel Antônio dos Santos,² Ribeirão Preto

Resumo: Com Freud, compreendeu-se que a crueldade tem raízes psíquicas na confluência da pulsão de morte. Admitindo-se que seja uma característica intrinsecamente humana, a cultura, por outro lado, ofereceria possibilidades também humanas de contornar as vicissitudes da crueldade. Há um quantum incontornável de desprazer produzido pela impossibilidade de satisfação das pulsões sexuais e agressivas. Todavia, a renúncia à gratificação plena, em nome do laço social, é o trunfo que possibilita a civilização. A malha vincular, entretanto, tem se mostrado fragilizada no contemporâneo, o que leva os autores a questionar: como compreender a crueldade do ponto de vista vincular? Para responder a essa provocação, empregam o arcabouço conceitual de Janine Puget, que compreende a crueldade como produzida no vínculo pela dificuldade em lidar com as diferenças. Fragilização do tecido vincular e *incertidumbre* favorecem o aparecimento de tiranos, que, pela imposição de suas verdades absolutas, tentam apagar direitos e negar a humanidade de grupos minoritários.

Palavras-chave: vínculo, crueldade, coesão de grupo, psicanálise vincular

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP). Membro do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (Lepps). Bolsista de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

2 Professor titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), PQ 1A.

Introdução

Desde os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2010c), Freud nos convida a pensar as crianças como seres pulsionais, dotadas de sexualidade polimorfa e, portanto, capazes de experimentar gozo e crueldade. Como tais, não (re)conhecem leis nem limitações para a gratificação de suas pulsões, e relutarão em renunciar a essa condição quando se tornarem adultas. Em *Além do princípio do prazer* (1920/2010a), Freud postula a dualidade entre pulsões de vida, associadas ao trabalho mental de ligação – e, portanto, aliadas às pulsões de Eros –, e pulsões de morte, relacionadas ao desligamento, à agressividade e à crueldade humana.

A partir do modelo da dualidade pulsional, concepção forjada alguns anos antes, Freud elabora *O mal-estar na civilização* (1930/2010b). Nesse texto, confirma – sem hesitação, segundo Roudinesco e Plon (1998) – a concepção de sociedade e governo legítimo formulada por Thomas Hobbes três séculos antes, em *Leviatã*, clássico publicado em 1651, segundo a qual “o homem é o lobo do homem”. Caso fossem entregues às próprias paixões e movidos cegamente por suas pulsões agressivas e sexuais, os homens seriam responsáveis por sua própria destruição. Desse ponto de vista, a civilização, representada pela cultura e pelas instituições sociais – como o Estado, a família e a religião –, funcionaria como um dispositivo coercitivo para contornar, ordenar e organizar as pulsões humanas. Nas palavras de Roudinesco e Plon, a civilização pressupõe o

desconhecimento voluntário da universalidade da hostilidade dos homens uns para com os outros, numa recusa a levar em conta a agressividade e a crueldade inerentes ao gênero humano, dimensões estas cuja permanência é demonstrada tanto pela história quanto pela atualidade. (1998, p. 491)

Freud (1930/2010b) parte do pressuposto de que agressividade e crueldade são dimensões inerentes aos seres humanos, inclusive por proporcionarem também satisfação e, portanto, constituírem fontes de prazer. Assim, são complementares à pulsão de Eros. Nessa perspectiva, Freud defende a ideia de que é papel da cultura e das instituições colocar limites à busca da satisfação pulsional, o que faz com que se tornem também fontes inevitáveis de sofrimento. Nessa lógica, o sujeito não pode viver plenamente seguro e feliz na civilização, e tampouco conseguiria sobreviver sem ela, sendo esse um paradoxo incontornável da condição humana.

Essa ideia desconfortável – segundo a qual estar *vinculado* suscita inevitavelmente insatisfação, porém é requisito para a sobrevivência da espécie humana e condição *sine qua non* para a formação do laço social – está na base

dos estudos psicanalíticos dos vínculos e grupos. Alinhada à perspectiva da psicanálise vincular, Correa (2000) aponta que outros textos freudianos, como o seminal *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2011), contêm elaborações que sustentam a concepção de que o individual é também grupal. Esse pressuposto fortalece o argumento de que os *vínculos* podem ser uma forma sublimada de contornar – sem burlar ou tentar driblar – a crueldade humana, por meio da união dos indivíduos em grupo, em torno de um pacto simbólico que sela a renúncia à plenitude da satisfação pulsional, abrindo caminho para a instauração do superego pela via dos processos identificatórios instauradores do laço social.

Isso certamente não passou despercebido à mente analítica de Bion (1980), quando o autor defende haver algo que faz parte da nossa natureza, relacionada à crueldade, à violência e à guerra, que é uma invariante quase sempre por nós rechaçada conscientemente, por ser considerada desumana. Todavia, parte dessas pulsões parece ser passível de sublimação e domesticação civilizatória. Em outras palavras, as pulsões agressivas e cruéis, que são inerentes ao psiquismo humano, sobretudo nos primeiros estágios do desenvolvimento, poderiam ser contornadas pelo avanço civilizatório, por meio das transformações dos representantes psíquicos da civilização.

Desde o princípio a psicanálise nunca deixou de ser filha de seu tempo, sintonizada com as inquietações e preocupada com a escuta dos sofrimentos que cada época produz e que afligem o psiquismo humano. É bom não perder de vista o fato de que as identificações e os ideais são produtos sedimentares de uma história, a qual se desenvolve produzindo novos sentidos à medida que a escuta cria possibilidades de os ideais serem difratados e sofrerem transformações ao se verem des/re/construídos e ressignificados no vórtice temporal. Expressão das continuidades e rupturas do tecido social, a psicanálise navega nas ondas da dinâmica sociocultural e, portanto, necessita constantemente construir, desconstruir e reconstruir os sentidos de sua própria trajetória no percurso civilizatório. Esse movimento de (re)construção teórica, clínica e investigativa é essencial para que se mantenha uma postura ética em face do não saber, que está sempre colocado em causa quando estamos diante dos apelos das encruzilhadas que nos interpelam constantemente na clínica, a caminho de nossa Tebas particular. Entre os desafios com os quais nos deparamos, temos a questão enigmática da crueldade. Como a Esfinge nos interpela com essa questão nos dias hodiernos?

O contemporâneo é marcado por rupturas e esgarçamento do tecido social. Nas últimas décadas assistimos ao crescimento de ideais relacionados às políticas neoliberais, que alimentaram o recrudescimento do narcisismo de morte, traduzido na forma de individualismo exacerbado, aliado a demandas de desempenho ilimitado, gerência competente de si,

empreendedorismo pragmático e consumismo maníaco. Tais elementos amplificaram as dificuldades de reconhecimento e convivência com as diferenças, fragilizando a malha vincular e nos colocando por vezes à beira do retorno à barbárie (Santos et al., 2020).

O acirramento das contradições e desigualdades sociais, a imaginariização maximizada pela revolução tecnológica sem precedentes na história da humanidade e a marcha crescente da desumanização delimitam um terreno fértil para o monopólio do uso da crueldade, da violência e do desprezo pela vida dos indivíduos pertencentes aos grupos vulnerabilizados. Nesse movimento histórico de recrudescimento de visões de mundo de inspiração totalitária e neofascista, destacam-se ataques sistemáticos à verdade e o descrédito da ciência, associados ao fantasma da quebra da legalidade institucional, que ronda nossa vida perigosamente pela via da disseminação reiterada da mentira, da desinformação programática e do ódio às diferenças, em um esforço orquestrado de desmoralização da democracia.

Esse movimento de destituição da subjetividade do outro é marcado pela naturalização da violação sistemática de direitos – inclusive os mais básicos, de existir e de ser. A tentativa de destituição da humanidade dos indivíduos que pertencem aos segmentos minoritários é uma das expressões mais espantosas do tempo sombrio no qual estamos mergulhados (Souza-Santos & Santos, 2021). Como a diferença não é tolerada, é preciso esvaziar o outro daquilo que nele há de mais irredutível e que constitui sua identidade e seu senso de pertencimento ao drama humano.

Considerando esses contornos balizadores, delimitamos a questão norteadora deste ensaio. Se desde os primórdios da teoria psicanalítica entendemos a crueldade como uma característica intrínseca ao ser humano e supomos que os vínculos funcionariam como uma forma de contorná-la, com possibilidades de transformação e ganho civilizatório, como podemos compreender a moção cruel do ponto de vista vincular? E como essa compreensão se articularia com a questão da erosão dos ideais coletivos e a fragilização do tecido vincular no contemporâneo?

Esse tema é caro à psicanalista argentina Janine Puget, precursora de uma corrente que ficou conhecida, a partir dos anos 1990, como psicanálise das configurações vinculares. Tal perspectiva teórico-epistemológica aponta para um espaço psíquico tríplice, constituído por configurações inextrincavelmente articuladas na produção da subjetividade (Berenstein & Puget, 2008): o espaço *intrassubjetivo*, que concerne ao sujeito e seus mecanismos egoicos e inconscientes; o *intersubjetivo*, que remete ao espaço vincular que se dá sempre na presença de outros; e o *transubjetivo*, que diz respeito às representações do mundo social (Santos et al., 2017).

Falecida no final de 2020, em sua prodigiosa trajetória intelectual Puget se dedicou a esmiuçar os processos de formação dos vínculos na constituição da subjetividade e, ao longo de sua obra, sublinhou a influência das insurgências sociais, em especial a partir da década de 1980. A autora abordou a crueldade que costura as migrações forçadas, os efeitos traumáticos sobre o psiquismo do período sanguinário da ditadura militar argentina, as incertezas instauradas pelo modelo econômico neoliberal e o desamparo psicossocial nele imbricado, entre outras questões contemporâneas que invadiam seu divã, como ela dizia, inclusive a pandemia de covid-19, abordada no final de sua vida. Para Puget, o que irrompe abrupta e violentamente na experiência humana, como invasão de uma força incoercível, torna-se um convite irrecusável ao pensamento, estímulo à reconstrução e semente de esperança, o que permite enriquecer uma clínica psicanalítica que corajosamente aponta para além do intrassubjetivo.

A psicanálise vincular de Puget se preocupa com as reverberações de questões produzidas pelos dilemas do convívio social nas construções intra/inter/transsubjetivas, e sua influência nos traumatismos sociais no contexto latino-americano (Santos et al., 2017). Suas contribuições permitem pensar o tema da crueldade no contexto das fraturas intra e intersubjetivas que demarcam o mundo atual. Suas teorizações mostram-se profícuas para situar a psicanálise contemporânea no centro dos debates em torno do sofrimento psicossocial, especialmente quando nos vemos face a uma crise humanitária sem precedentes, com ramificações sanitárias, políticas, psíquicas, econômicas e ecológicas que desafiam a capacidade humana de superação civilizatória (Oliveira et al., 2021). Na sequência, abordaremos as repercussões e possíveis sequelas emocionais suscitadas pelos percalços com os quais precisaremos lidar se quisermos (re)criar, com criatividade e senso ético, nossa escuta psicanalítica em tempos fraturados.

Seria a crueldade uma característica humana inata? Enlaces possíveis entre crueldade e vincularidade

Para compreender a crueldade sob a perspectiva da psicanálise vincular, é necessário revisitar alguns construtos teóricos que fundamentam o pensamento original de Puget. A autora aponta que os conceitos em psicanálise não são (nem poderiam ser) estáticos e que alguns efeitos de sentido produzidos são epocais e contingentes, ou seja, os significados estão relacionados a concepções específicas que vigoram no momento de sua produção, o que implica a necessidade de manter vivo o corpo teórico em sintonia com cada época e cultura (Puget, 2011, 2019).

Frente à instabilidade que impregna os processos de subjetivação contemporâneos, Puget, em colaboração com Berenstein, desenvolveu conceitos para responder às exigências do arcabouço teórico em construção pela psicanálise vincular, a partir do contexto latino-americano, em especial da Argentina das últimas décadas (Berenstein & Puget, 2008). O vínculo, conceito-chave, é definido como um laço relativamente estável que une dois ou mais sujeitos do inconsciente em presença, bem como os mecanismos que fazem esse laço manter-se vivo, conservando sua capacidade de unir, de atar/ligar e produzir transformação.

Puget (2003, 2011) considera que a presença do outro implica sempre uma diferença radical, que ela denomina de *ajenidad* (outridade), a qual seria inassimilável por não ser acessível pela linguagem e, portanto, por não se deixar capturar pelo aparato simbólico. Essa diferença radical seria o ponto de amarração sobre o qual o vínculo se constitui em um “fazer com”, ou seja, operando um trabalho vincular conjunto sobre essa diferença. A *ajenidad* pode, por outro lado, ser um embaraço, um obstáculo para a construção do vínculo, impedindo sua viabilização.

Outro conceito desenvolvido pela autora, como consequência do primeiro (*ajenidad*), é o de *presentación*. Diz respeito aos indícios de uma presença que exige uma transformação e que, se não conseguir passar à representação, pode se manifestar como excesso. As figuras de *presentación* aparecem como indícios de transformação, de variação, de produção da outridade, como consequência do constante deslocamento de sentido (Puget, 2003, 2015).

Um dos efeitos da *presentación* é aquilo que Puget (2015) denominou *incertidumbre*. A diferença radical que se coloca a partir de cada encontro vincular produz uma novidade, uma transformação, em todos aqueles que se conectam e compõem o vínculo. Por isso, todo vínculo pressupõe a tolerância a um certo nível de *incertidumbre*, um quantum de incerteza que precisa ser suportado para que o vínculo se estabilize e se mantenha a partir da transformação de todos os sujeitos implicados.

No texto “La crueldad y algo más” (2002), Puget relaciona a *incertidumbre* e a dificuldade em lidar com a alteridade (ou seja, o que é inerente ao outro do vínculo) com a questão da crueldade. Para a autora, a crueldade não é inerente ao ser humano, pois “ser humano” não é uma qualidade inata, mas um dever, um *vir a ser*, isto é, algo que se adquire na experiência de mundo e que pode inclusive se perder ou se transmutar. É uma qualidade que requer movimento, que pressupõe uma prática vincular de linguagem.

Dessa maneira, tornamo-nos humanos *no e pelo* vínculo, mediante práticas de linguagem, que incluem, segundo Puget (2002), um meio psíquico para construir códigos, traços de memória, e criar um acervo de pensamentos, habilidades de enunciar, interrogar-se acerca do futuro e desenvolver a

capacidade de escolher. Além disso, a linguagem permite conceitualizar certas práticas que vão dar sentido a um conjunto dentro do qual o sujeito do inconsciente pode adquirir inteligibilidade, ou seja, dar contornos à subjetividade. Assim, embora sempre insuficientes para dar conta da *ajenidad*, as práticas cotidianas de linguagem humanizam o sujeito no vínculo com o outro e no desenvolvimento do senso de pertencimento ao conjunto.

A crueldade se produz quando se recorre a uma prática que opera com absoluta falta de mediação, encontrando um outro desprovido de recursos para responder ou fazer frente ao ato cruel – para pensar, assimilar, reagir ou proteger-se do ataque. Esse estado de perplexidade diante do olhar paralisante do outro pode atacar elementos essenciais da identidade: o corpo, a mente, os vínculos ou o pertencimento. Na mitologia grega temos o exemplo do olhar paralisante de Medusa, figura monstruosa, com sua cabeleira formada por serpentes, que lhe conferiam um aspecto assustador, tornando-a capaz de paralisar qualquer um que dela se aproximasse, sendo o outro transformado em pedra.

A característica cruel de Medusa, que para se defender do contato impede o desenvolvimento do processo vincular, se atualiza, entretanto, no vínculo. Ela havia disputado sua beleza com a deusa Atena, que triunfou na contenda e, como punição, a privou de seus encantos e transformou seus cabelos em serpentes, impondo ainda a terrível maldição: quem quer que olhasse diretamente para ela seria transformado incontinentemente em pedra. A situação de rivalidade mal resolvida levou, assim, à condenação de Medusa a um estado de degradação e paralisia do outro. Ainda dentro da lógica vincular, a falta de mediação, que caracteriza a petrificação/objetificação do outro, acaba voltando-se contra a própria Medusa em seu embate com Perseu, que astutamente usa o escudo oferecido por Atena para refletir a imagem da terrível criatura de olhar petrificante, fazendo-a a provar do próprio veneno.

O mito de Medusa e Perseu mostra os perigos que cercam o desafio do encontro: o temor de se aproximar do outro e construir vínculos. Perseu cumpriu o desafio que lhe fora proposto contando com o apoio de Atena nessa empreitada. Ela lhe ofereceu o dispositivo que, se utilizado de maneira correta, serviria para neutralizar o poder destrutivo e aniquilar Medusa sem olhá-la diretamente. Até então, durante toda a sua jornada, Medusa tinha utilizado os poderes petrificadores das serpentes de sua cabeleira para massacrar os inimigos e todos aqueles que desafiavam seu domínio (Bulfinch, 2000). Em contrapartida, Perseu também recorreu à objetificação da figura ameaçadora do outro como estratégia defensiva para destruí-lo. Assim, no ato de degolar e ostentar a cabeça de Medusa como troféu, vemos novamente a ausência de mediação perpetuando o ciclo de violência, desumanização e morte.

Esse desfecho conservador nos permite pensar no quanto um ato cruel pode desdobrar-se e perpetuar-se em outros infinitos atos cruéis caso não haja transformação. Ao mesmo tempo, o fato de a crueldade e a desumanização se darem sempre em contextos vinculares nos encoraja a pensar que é possível caminhar para outros desfechos, com abertura para a elaboração – é importante lembrar que o nome Medusa em grego significa “guardiã”, “protetora”. Por outro lado, é devido à natureza vincular que a falta de ligação pulsional e o trabalho da pulsão de morte e da destrutividade liberadas sem mediação não cobrem toda a dimensão do ato cruel. A crueldade se instaura em um contexto situacional entre um ser humano cruel e outro, tornado cativo e objetificado (Puget, 2002).

Levando em conta as reflexões de Puget, compreendemos que *humanidade* também não é uma característica inata, mas resulta de um esforço permanente. O trabalho de *tornar-se* humano é algo que se pode adquirir e, por outro lado, se pode perder nas vicissitudes do vínculo. Nós nos humanizamos porque somos “falados” nos – e pelos – vínculos que constituímos, somos inseridos nas malhas de uma genealogia, uma história familiar, uma comunidade e sociedade a partir de nossos laços de pertencimento. Um ato cruel é aquele que retira a condição de humanidade do outro, por absoluta ausência de compaixão e empatia. Por outra via, ao objetificar e desumanizar³ alguém, perde-se o contato com o próprio substrato humano (Puget, 2002).

Na compreensão psicanalítica da crueldade com base nos vínculos, vale nos debruçarmos sobre como podemos analisar os atos cruéis e inumanizantes a partir da ideia de crueldade de Puget, tendo em vista a fragilização e a deterioração do tecido vincular contemporâneo.

Crueldade e produção de vínculos no contemporâneo: o tirano e sua máscara

Com o conceito de *incertidumbre* proposto por Puget, compreendemos que há, em cada novo encontro, intrinsecamente uma semente de novidade que se insinua, algo novo que pode deflagrar uma mudança nos sujeitos envolvidos no vínculo. Essa novidade anunciada pelos vínculos intersubjetivos traz também uma incerteza, que para ser suportada pelo sujeito demanda garantias sociais de pertencimento, de modo a prover segurança diante da desestabilização provocada pela presença do outro (Puget, 2011). Entretanto, a *incertidumbre*, por si só, não é capaz de superar determinado quantum de

3 Puget (2002) diferencia *inumanizado* como aquele que é despojado da qualidade de humanidade e *desumanizado* como aquele indivíduo aniquilado em sua capacidade de decisão, que vive em estado de ameaça, perdendo as qualidades humanas anteriormente apresentadas.

certezas para que os sujeitos possam “fazer com”, isto é, para que seja possível o trabalho humanizador e transformador do vínculo.

Se os vínculos contemporâneos têm sido marcados cada vez mais pelo individualismo triunfante, pelo narcisismo de morte e pela dificuldade em lidar com as diferenças (Santos et al., 2020), a tendência é acentuar a busca por certezas ilusórias, que restituam a aparência de segurança que deveria ser provida pela organização social, caso vivêssemos em um mundo menos imperfeito. Em outras palavras, a tendência do sujeito contemporâneo, ou de um conjunto da sociedade, de estabelecer certezas arbitrárias e se apegar a versões que ignoram os fatos, propagando fake news e impondo neorrealidades delirantes em substituição ao princípio da realidade (“pós-verdades”), representa maneiras de enclausurar a interrogação que se mostra insuportável (Puget, 2002). Para Murdin (2021), o apego a certezas inabaláveis pode ser uma forma de defesa mental dos fanáticos, uma reação emocional extrema diante do medo, da insegurança e das dúvidas geradas pelas mudanças no mundo social cada vez mais polarizado, sobretudo quando os privilégios garantidos pelas tradições estão derretendo rapidamente, despertando temores e ressentimentos.

Uma vez que a produção de verdade tem a ver com qualidades humanizantes, é pertinente relacionar crueldade com verdade. Algumas verdades não podem ser digeridas pelo outro, e enunciá-las pode ser um ato cruel quando essa enunciação excede sua capacidade de metabolização psíquica. De maneira análoga, quando um grupo ou sujeito cria uma verdade que exclui e segrega, também retira, arbitrariamente, as qualidades humanas de determinado grupo ou sujeito, com vistas a dominá-lo e mantê-lo sob controle.

Exemplo emblemático desse tipo de mecanismo de expurgo da verdade é encontrado em regimes nos quais um líder tirânico impõe sua própria lei, baseada em crenças produzidas autocraticamente, em especial aquelas que implicam a retirada das condições de humanidade de outros grupos, impedindo-os de acessar os meios que possibilitam construir códigos, memórias, pensamentos e formas de subjetivação. Nesse sentido, a crueldade fica concentrada no tirano, aquele que performa a impostura do conjunto e representa a absoluta falta de mediação, que resulta na impossibilidade de convivência com o diferente, de diálogo com o *ajeno*, fragilizando os laços e o senso de pertencimento ao grupo.

Com base no vértice psicanalítico compreendemos que a civilização e os vínculos humanos funcionam como formas de modular a crueldade. A partir de Puget, desde a perspectiva vincular, entendemos que o ato cruel se faz nas inter-relações e, por conseguinte, no vínculo. Com a figura do tirano – e a instauração de regimes autoritários e despóticos – temos um exemplo significativo de como os mecanismos de grupo também podem ser utilizados enquanto

estratégia para o exercício da crueldade, na medida em que se suprime a humanidade daquela cota de diferença que não se pode suportar.

A dualidade pode ser apresentada na seguinte formulação: o grupo como maneira de cercar a agressividade e controlar a crueldade e, por outro lado, como via de manipulação para o exercício desimpedido da crueldade, sem o freio e os contrapesos dos mecanismos coercitivos, como se observa desde o mito delineado em *Totem e tabu* (Freud, 1913/1992b). A partir da construção de uma narrativa mitológica da origem da civilização, Freud defende que o interdito é fundante porque impõe um limite ao desejo humano de desfrutar de total satisfação. O imperativo de satisfação plena e absoluta é vivido tanto pelos bebês quanto pelos povos originários (ditos primitivos), já que ambos compartilham de uma lógica de pensar (pensamento onipotente) que se caracteriza pelo animismo e pela magia. Assim, a renúncia à satisfação incondicional celebrada pelo pacto coletivo que institui o tabu aparece como instrumento que possibilita a civilização, sustentada pelas proibições instauradas após o assassinato do pai tirânico. As leis fundamentais do totemismo (não matar o animal totêmico e não manter relações sexuais com as mulheres do mesmo clã) regulam a expressão da agressividade e, ao mesmo tempo, o exercício da sexualidade, fornecendo regras que promovem a preservação do clã (como a proibição do incesto) e incentivam o comércio sexual com outros clãs (exogamia).

Na narrativa freudiana observamos que a união dos irmãos da horda primeva para devorar o pai tirânico no banquete totêmico visava inicialmente liberar o acesso às mulheres até então reservadas exclusivamente ao apetite sexual desmesurado do líder do clã. O ato cruel do assassinato do pai é a violência primária necessária para a ruptura com o establishment. Os irmãos se insurgem contra a lei (com letra minúscula) imposta pelo pai tirânico, isto é, a lei identificada a um indivíduo em particular, que é cruel porque objetifica e não permite a mediação. Por outro lado, após consumarem o parricídio, os filhos se deparam com a necessidade de estabelecer outra forma de interdição às mulheres pertencentes ao mesmo clã. Temos então o advento da Lei (com letra maiúscula) possibilitada pelo pacto da fratria, cuja qualidade simbólica permite lidar com as diferenças. É a Lei que humaniza, na medida em que promove o pertencimento de cada indivíduo ao grupo pela via da identificação com os seus “iguais”, propiciando a criação de narrativas e códigos que o inserem na cadeia genealógica do grupo, fundando a cultura.

Kehl (2001) acrescenta que, com a morte do pai soberano, a instituição da cultura se faz entre semelhantes, criando um laço identificatório, uma lei fraterna que opera em uma dimensão simbólica após a instauração do totem e do tabu. Esse laço simbólico não seria, então, produzido por um monopólio de saber, que embora possa ser colocado momentaneamente na figura de um

soberano, tem que circular e ser sustentado pela coletividade, o que oferece uma salvaguarda contra a tirania.

Ocorre que as massas podem se identificar com o tirano, em vez de desmascará-lo, como demonstrou Freud em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2011). Nesse momento de sua teorização, Freud aponta que a identificação é a exteriorização de uma ligação afetiva mais precoce com outra figura, relacionada à pré-história do complexo de Édipo. No jogo especular das identificações, o eu adquire propriedades do objeto com o qual o sujeito se identifica – lembrando que essa propriedade estaria ligada a uma característica da pessoa-objeto, que adquire assim um traço de permanência no interior do psiquismo.

Entre as massas, de acordo com Freud (1921/2011), a identificação pode ser estabelecida com uma pessoa específica – geralmente, o líder carismático do grupo –, promovendo uma ligação libidinal recíproca entre os indivíduos que constituem a massa. Além disso, no grupo o ideal de ego individual poderia ser substituído pelo ideal coletivo, que é galvanizado e corporificado pelo líder e seu apelo messiânico à horda. Nas disputas de narrativa e de quem seria o legítimo “proprietário” da verdade, a identificação com um líder tirânico e o endosso às atrocidades por ele defendidas ou praticadas são maneiras de sustentar coletivamente narrativas de exclusão, nas quais grupos minoritários são atacados, brutalizados, vilipendiados, estigmatizados e exterminados com o beneplácito de muitos. Quando os direitos, especialmente dos segmentos mais fragilizados, são sistematicamente violados, observando-se o silêncio cúmplice e as tentativas de encobrimento por parte de amplas parcelas da população, não há qualquer garantia de justiça social, apenas o triunfo do arbítrio e o poder intimidador do terror com seus métodos brutais de subjugação. O projeto de desmantelamento das subjetividades, em última instância, desemboca no uso ilegítimo da força para a destruição dos corpos dos vulneráveis.

Há produção de um ato cruel, desumanizante, sempre que segmentos minoritários são cerceados do acesso aos seus direitos elementares e alijados da cena pública, a partir da anulação da mediação. Essa destituição subjetiva é apoiada em narrativas que (re)produzem determinadas convicções parciais, que se impõem como verdades inquestionáveis. Nos termos de Puget, procura-se dar conta da imprevisibilidade, que é a marca constitutiva de qualquer vínculo, seja ele familiar ou social. Com isso, tenta-se tapar fendas, brechas, e assim colmatar o *ajeno*, a *incertidumbre*.

O que observamos como marcante no conflagrado cenário político-institucional contemporâneo é uma disputa de narrativas e seus efeitos perturbadores sobre a constituição da subjetividade. A narrativa que deseja se impor como hegemônica é sustentada na certeza indubitável do tirano, uma

herança invisível da lei minúscula do pai primevo, detentor de plenos poderes. Ao enunciar sua narrativa sem mediação, o tirano ignora os processos históricos, perpetua preconceitos e naturaliza exclusões, negando ao contingente mais vulnerável da população a possibilidade de narrar sua história, de aceder ao protagonismo e ter voz própria. Nesse cenário opressivo, a parcela desfavorecida da massa é privada da possibilidade de dizer de si mesma, de usar suas memórias-histórias para se projetar no futuro e sonhar com uma vida melhor.

Nessa perspectiva, a crueldade está associada à coerção e à violência como instrumentos de dominação psíquica, ou seja, à privação da liberdade de trocas simbólicas, à anulação da potencialidade dos vínculos e à impossibilidade de “fazer com”. A saída dessa situação de alienação só pode acontecer com a criação de figuras que dão conta dessa condição de exclusão, que se perpetua por um movimento inercial: sujeitos que denunciem os efeitos nefastos das iniquidades, aprofundadas pela organização política e socioeconômica atual (Puget, 2011).

É conhecida a passagem em que, respondendo a Einstein, Freud (1933/1992a) questionou-se sobre os limites da violência humana e da crueldade. Reconhecendo que não poderia responder à questão provocativa – afinal, por que os seres humanos entram em guerra? – Freud relaciona direito e poder para discutir a questão das raízes psíquicas da violência. Argumenta que a comunidade pode se proteger de atos cruéis e violentos por meio do fortalecimento dos laços, uma vez que o poder de vários é o somatório do acordo pactuado que constitui o direito. Este, por sua vez, protege o grupo dos atos violentos, opondo-se a eles, dando ao grupo contornos que asseguram não apenas sua sobrevivência, mas também o direito de acesso do conjunto à subjetividade, conforme a linha argumentativa desenvolvida por Puget (2011).

Seguindo essa vertente argumentativa podemos assumir que, na guerra e nos estados de conflagração humanitária – como os movimentos diaspóricos dos refugiados, fluxos migratórios forçados por perseguições étnicas, guerras, desastres climáticos, miséria e pandemias –, a violência é utilizada como um franco exercício de força para subjugar o outro ou eliminá-lo liminarmente. É, portanto, um ato cruel, sórdido e desumanizante, muitas vezes incitado por um tirano, figura de identificação da massa com a pequena lei, ou seja, com determinado regime de verdade imposto para aniquilar as diferenças e tamponar a falta psíquica estrutural, a qual teima em se atualizar incessantemente nas garantias precárias que a vida oferece.

Como sobrepor-se às forças de desligamento, reproduzidas nas desigualdades persistentes e reeditadas nas guerras fratricidas, nas ditaduras desprezíveis e nas calamidades sanitárias? A psicanálise vincular contribui com elementos teóricos para enriquecer essa reflexão. O empuxo à violência – o retorno ao estado de natureza de Hobbes, a guerra de todos contra

todos – pode ser contido pela união, quando o “fazer com” está a trabalho de Eros e se contrapõe ao retorno à barbárie. O direito condensa o poder de uma comunidade enquanto produto do pacto celebrado entre indivíduos que se reconhecem como membros da ordem fraterna e se opõem à tirania do líder despótico que se apropria da lei como se fosse, ele próprio, sua mais perfeita tradução e encarnação. Na sua forma ideal, o direito associa-se à Lei simbólica e assume, com criatividade, as diferenças sobre as quais o trabalho do vínculo deve operar.

Considerações finais

Em sua prática clínica, Puget (2011, 2015, 2017) também se deparou com violências sociais inomináveis e não reconhecidas, como a truculência estatal e as consequências perniciosas do neoliberalismo, ativas produtoras de desamparo social. Testemunhou atentados, genocídios e outros atos repugnantes, e crimes contra a humanidade encobertos pelas ditaduras do Cone Sul, e constatou a subjugação e a destituição do lugar de pertencimento dos sujeitos expostos a situações de extrema degradação, como na ignomínia da tortura e na infâmia dos sequestros de crianças pelo Estado totalitário. Chamou nossa atenção para a relevância dos acontecimentos contemporâneos, que se impõem no espaço transubjetivo e que representam *presentaciones* que superam a capacidade de metabolização do psiquismo.

Quando o trabalho analítico confronta o estado de aprisionamento em um cotidiano insuportável, o que pode o psicanalista frente a situações-limite? Até que ponto é possível lidar com essas questões com a aplicação do método analítico sobre elas, e quando se chega ao limite dessa capacidade? Trabalhar psicanaliticamente com esse tipo de sofrimento demanda, na visão de Puget, favorecer transformações psíquicas e sociais que impliquem a validação dos sujeitos que têm sua existência continuamente ameaçada e desconfirmada no espaço inter/transubjetivo. A autora salienta a importância de nos preocuparmos com os modos como a psicanálise nos incumbe quando se dá a irrupção de sinais de violência social numa sessão de análise, por serem muitas vezes áreas mudas ou silenciadas, que na transferência encontram um lugar para serem vividas e narradas. A análise pessoal contribui para o reconhecimento e o acolhimento dos efeitos nefastos da violência e da crueldade das quais não podemos nos livrar.

A escuta do inconsciente, nesses casos, é uma tarefa de testemunho, que ausculta os efeitos psíquicos devastadores da violência e da desumanização a que as pessoas com as quais trabalhamos estão submetidas. Isso aponta para o estatuto potente de uma prática implicada social e politicamente, capaz de dar voz,

nome e cidadania aos acontecimentos traumáticos, tendo em vista que alguns sofrimentos emanam do descompasso com o entorno transubjetivo do sujeito e não estão umbilicalmente ligados apenas a questões inter e intrassubjetivas.

Crueldad: la máscara del tirano

Resumen: Con Freud se comprendió que la crueldad tiene raíces psíquicas en la confluencia de la pulsión de la muerte. Admitiéndose que sea una característica intrínsecamente humana, la cultura, por otro lado, ofrecería posibilidades también humanas de contornar las vicisitudes de la crueldad. Hay un *quantum* que no se puede contornar de desasosiego producido por la imposibilidad de satisfacción de las pulsiones sexuales y agresivas. Sin embargo, la renuncia a la gratificación plena, en nombre del lazo social es el triunfo que posibilita la civilización. La malla vehicular, sin embargo, se ha mostrado fragilizada en lo contemporáneo, lo que lleva a los autores a cuestionar cómo comprender la crueldad desde el punto de vista vincular. Para responder a esa provocación, se sirven del marco conceptual de Janine Puget, que comprende la crueldad como producida en el vínculo por la dificultad en lidiar con las diferencias. Fragilización del tejido vincular e incertidumbre favorecen la aparición de tiranos, que, por la imposición de sus verdades absolutas, intentan borrar derechos y negar la humanidad de grupos minoritarios.

Palabras clave: vínculo, crueldad, cohesión de grupo, psicoanálisis vincular

Cruelty: the tyrant's mask

Abstract: According to Freud, cruelty has psychic roots at the confluence of the death drive. Assuming that it is an intrinsically human characteristic, culture, on the other hand, would provide equally human possibilities to circumvent the vicissitudes of cruelty. There is an inevitable quantum of displeasure created by the impossibility of satisfying sexual and aggressive drives. Nevertheless, the waiver of full gratification, in the name of the social bond, is the trump that makes civilization possible. The bonding fabric, however, has become fragile in contemporary times, leading the authors to reflect: how to understand cruelty from the bonding point of view? To answer this question, they resort to Janine Puget's conceptual framework, which understands cruelty as something produced in the bond by the difficulty in dealing with differences. The weakening of the bonding fabric and *incertidumbre* favor the rise of tyrants, who, by imposing their absolute truths, try to erase the rights and deny the humanity of minority groups.

Keywords: bond, cruelty, group cohesion, bonding psychotherapy

La cruauté : le masque du tyran

Résumé : Grâce à Freud on a compris que la cruauté a des racines psychiques dans la confluence de la pulsion de mort. Admettant que ce soit une caractéristique intrinsèquement humaine, la culture, d'autre part, offrait des possibilités également humaines de contourner les vicissitudes de la cruauté. Il y a un quantum incontournable de déplaisir produit par l'impossibilité de satisfaire les pulsions sexuelles et agressives. Néanmoins, la renonciation à la gratification pleine, au nom du lien social, c'est l'autre qui rend possible la civilisation. Cependant, la maille qui établit le lien s'est montrée fragilisée contemporanément, ce qui mène les auteurs à questionner : comment comprendre la cruauté de point de vue du lien ? Pour répondre à cette provocation, ils se servent du squelette conceptuel de Janine Puget, qui considère que la cruauté se produit dans le lien, en raison de la difficulté de faire face aux différences. La fragilisation du tissu du lien et l'incertitude – *incertidumbre* – favorisent l'émergence des tyrans qui, par l'imposition de leurs vérités absolues, essaient d'effacer des droits et de nier l'humanité de groupes minoritaires.

Mots-clés : lien, cruauté, cohésion de groupe, psychanalyse du lien

Referências

- Berenstein, I. & Puget, J. (2008). *Psychanalyse du lien: dans différents dispositifs thérapeutiques*. Érés.
- Bion, W. R. (1980). *Bion in New York and São Paulo*. Karnac.
- Bulfinch, T. (2000). *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis* (D. J. Junior, Trad.). Ediouro.
- Correa, O. (2000). *O legado familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Contracapa.
- Freud, S. (1992a). ¿Por qué la guerra? In S. Freud, *Obras completas* (J. L. Etcheverry, Trad., Vol. 22, pp. 179-198). Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (1992b). Tótem y tabú. In S. Freud, *Obras completas* (J. L. Etcheverry, Trad., Vol. 13, pp. 1-162). Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (2010a). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 14, pp. 161-239). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (2010b). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 18, pp. 13-122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2010c). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 6, pp. 13-172). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 15, pp. 13-113). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In M. C. M. Comparato & D. S. Feliciano (Orgs.), *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: diálogos interdisciplinares* (pp. 29-38). Casa do Psicólogo.

- Murdin, L. (2021). *Psychoanalytic insights into fundamentalism and conviction: the certainty principle*. Routledge; Taylor & Francis Group.
- Oliveira, W. A., Andrade, A. L. M., Souza, V. L. T., De Micheli, D., Fonseca, L. M. M., Andrade, L. S., Silva, M. A. I. & Santos, M. A. (2021). Covid-19 pandemic implications for education and reflections for school psychology. *Psicologia: Teoria e Prática*, 23(1), 1-26. <https://doi.org/gnzhfr>
- Puget, J. (2002). La crueldad y algo más. *Revista de Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares*, 25(2), 123-138.
- Puget, J. (2003). Intersubjetividad: crisis de la representación. *Psicoanálisis*, 25(1), 175-290.
- Puget, J. (2011). Las violencias en diferentes situaciones. *Psicoanálisis*, 33(1), 117-131.
- Puget, J. (2015). *Subjetivación discontinua y psicoanálisis: incertidumbre y certezas*. Lugar.
- Puget, J. (2017). Violencias ayer y hoy. *Psicoanálisis*, 39(1), 89-100.
- Puget, J. (2019). Diversidad y homogeneización. In J. Puget, A. Toborda & E. Toranzo (Orgs.), *Psicoanálisis: espacio para la transdisciplinariedad del ser y nacer epocal* (pp. 11-20). Nueva Editorial Universitaria.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro & L. Magalhães, Trans.). Zahar.
- Santos, M. A., Okamoto, M. Y., Emídio, T. S. & Maia, B. B. (2020). As tramas do trabalho vincular: contribuições psicanalíticas para pensar os impasses e ideais contemporâneos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(4), 117-132.
- Santos, M. A., Ciani, T. A., Pillon, S. C., Vedana, K. G. G., Miasso, A. I., Souza, J., Coletti, M., Risk, E. N., Maçaranduba, P. E. & Oliveira-Cardoso, E. (2017). Clínica das configurações vinculares: do estabelecimento do vínculo terapêutico às transformações possíveis. *Vínculo*, 14(2), 45-57.
- Souza-Santos, Y. G. S. & Santos, M. A. (2021). Social transformations and couple relationships in Brazilian gay men. In N. A. Moraes, F. Scorsolini-Comin & E. Cerqueira-Santos (Eds.), *Parenting and couple relationships among LGBTQ+ people in diverse contexts* (pp. 95-113). Springer. <https://doi.org/hndm>

Recebido em 27/1/2022, aceito em 10/3/2022

Bruna Bortolozzi Maia
b.bortolozzimaia@gmail.com

Manoel Antônio dos Santos
masantos@ffclrp.usp.br